

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

Ata da 4ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Pedreira/SP, em 13/08/2010

<i>Relação dos Membros dos Plenários - Presentes</i>	
Entidade	Nome
ABCON	Enio Antonio Campana
AMATEF	Paulo Henrique Pereira
AME	Paulo Henrique Pereira
ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme
	Paulo Roberto S. Tinel
CETESB	Rita de Cássia Lorenzi
CIESP - DR Bragança Pta	Eduardo Lovo Paschoalotti
CIESP - DR Jundiá	Roberto Mario Polga
Circuito Serras Verdes	Paulo Henrique Pereira
CODASP	Antonio Carlos Scomparim
CODEN	Ricardo Ongaro
Consórcio PCJ	Dalto Favero Brochi
COOPERVAP	Eduardo Lovo Paschoalotti
DAEE	Leonildo Ednilson Urbano
	Luiz Roberto Moretti
Elo Ambiental	Claudia Grabher
FLORESPI	Ricardo Otto Leão Schmidt
Fórum das Entidades Cívicas	Filipe Marcelo Gonçalves Becari
Fundação Florestal	José Fernando Calistron Valle
INEVAT	Francisco Antonio Moschini
Min. da Integração Nacional	Irani Braga Ramos
P.M. de Americana	Cícero Moura de Jesus
P.M. de Analândia	Luiz Antonio Aparecido Garbuio
P.M. de Artur Nogueira	Edson Antonio Sacilotto
P.M. de Atibaia	José Bernardo Denig
P.M. de Bragança Paulista	Joaquim Gilberto de Oliveira
P.M. de Cabreúva	Maria Helena R. Scavone
P.M. de Campinas	Mª Fernanda Chiocchetti
P.M. de Campo Limpo Pta	Neive Rodrigues Noguero
P.M. de Cordeirópolis	Luiz Carlos da Silva
P.M. de Extrema	Paulo Henrique Pereira
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Hortolândia	Rubem Lopes Carvalho
P.M. de Indaiatuba	Vanessa Kühn
P.M. de Iracemápolis	Denilson Granço
P.M. de Itapeva	Sidney José da Rosa
P.M. de Itu	Maurício Geraldo da S. Dantas
P.M. de Jundiá	Milton Takeo Matsushima
P.M. de Limeira	André Pellegrini
P.M. de Morungaba	Gilberto de Mattos Gualberto
P.M. de Nova Odessa	Ricardo Ongaro
P.M. de Paulínia	Ricardo José Ferro
P.M. de Pedreira	Hamilton Bernardes Junior
P.M. de Piracaia	Fabiane Cabral da C. Santiago
P.M. de Piracicaba	Barjas Negri
P.M. de Rio Claro	Geraldo Gonçalves Pereira
P.M. de Salto	Márcio Mendes da Silva
P.M. de Sta Bárbara d'Oeste	Célia Maria Campos de Moraes
P.M. de Santa Gertrudes	Carlos Alberto do Carmo
P.M. de Sta Maria da Serra	Persão Magossi
P.M. de Santo A. de Posse	José Henrique Villela Guerra

P.M. de Socorro	Marcos José Lomonico
	Marisa de Souza Pinto Fontana
P.M. de Vinhedo	Cássio José Campovilla
SAA	Emílio Sakai
	Vicente A. Cancellero Filho
SABESP	João Roberto Miranda
	José Roberto Fumach
	Osvaldo de Oliveira Vieira
Secretaria da Assistência	Maria Aparecida Ribeiro Germek
Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
SMA	André Luiz Sanchez Navarro
	Rita de Cássia Lorenzi
SORIDEMA	Harold Gordon Fowler
SR Bragança Paulista	João Carlos Leme Ribeiro
SR Extrema	Achiulle Roberto Kiss
SR Limeira	Nilton Piccin
SSE	Luiz Roberto Moretti
VIVERE	João Roberto Miranda
Relação dos Membros dos Plenários Com Ausência Justificada	
Entidade	Nome
CIESP – DR Americana	Leandro Zanini Santos
CIESP – DR Piracicaba	Homero Scarso
Secretaria da Fazenda	Geraldo Bócoli
Secretaria de Planejamento	Ester Aparecida Viana
Sindicato Rural Piracicaba	José Rodolfo Penatti
UNICA	André Elia Neto

Aos 13 dias do mês de agosto de 2010, nas dependências do Clube Vale Verde, em Pedreira/SP, realizou-se a 4ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ; PCJ FEDERAL e CBH-PJ), registrando-se a participação de 116 pessoas, entre representantes dos municípios, da sociedade civil, dos usuários de recursos hídricos, dos governos dos estados de São Paulo e Minas Gerais e do governo federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários Presentes” apresentada e público em geral, registrado em livro próprio. **1. Composição da mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: Oscar Gozzi (SMA/CRHi); Paulo H. Pereira (Secretário-executivo Adjunto do CBH-PJ); Luiz Antonio Garbuio (Prefeito de Analândia); José Bernardo Denig (Prefeito de Atibaia); Hamilton Bernardes (Prefeito de Pedreira); Silvio Marques (Vice-presidente da ASSEMAE); Fabiane Santiago (Prefeita de Piracaia); Marisa Fontana (Prefeita de Socorro); Barjas Negri (Prefeito de Piracicaba; Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL e Diretor-presidente da Fundação PCJ) e Luiz Roberto Moretti (Secretário-executivo dos Comitês PCJ). **2. Abertura:** Dando início à reunião, o Sr. Moretti convidou aos componentes da mesa para tomarem seus lugares e a todos para ouvirem e cantarem o Hino Nacional Brasileiro. Após, o Sr. Moretti agradeceu a presença de todos e passou a palavra ao Prefeito Municipal de Pedreira, Sr. Hamilton Bernardes, agradecendo a hospitalidade. O Prefeito Hamilton



Ata da 4ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Pedreira/SP, em 13/08/2010

agradeceu a presença de todos e manifestou a satisfação de sediar a reunião dos Comitês PCJ desejando uma boa reunião para todos. Em seguida o Sr. Moretti passou a palavra ao Prefeito de Piracicaba e Presidente do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, Sr. Barjas Negri. O Sr. Barjas cumprimentou a todos, agradeceu ao Prefeito de Pedreira pela hospitalidade e deu início à reunião. Citou todos os itens de pauta e passou a palavra ao Sr. Moretti para prosseguimento. O Sr. Moretti franqueou a palavra aos membros da mesa. O Sr. Oscar informou estar representando a Secretaria do Meio Ambiente e desejou um bom trabalho a todos. O Sr. Sílvio Marques iniciou informando que a ASSEMAE representa mais de 2 mil municípios no Brasil e que tem promovido o debate sobre o saneamento em todo o território nacional. Informou que, apesar das políticas estarem sendo realizadas, é necessário ampliar o debate e que os objetivos desses debates cheguem até a população. Em seguida o Sr. Moretti passou a palavra para o Sr. Eduardo Léo para fazer a apresentação sobre o Plano de Bacias 2008-2020. O Sr. Eduardo expôs todo o processo de elaboração do Plano de Bacias 2008-2020. Falou sobre a setorização dos cursos d'água para uma melhor análise e simulação; sobre a vazão atual e futura dos cursos d'água das bacias; sobre os investimentos previstos e o trabalho que vem sendo realizado no combate às perdas de água nas redes de abastecimento público. Citou as simulações que foram feitas em relação aos investimentos para recuperação dos corpos d'água. Detalhou os cenários simulados para o período de vigência do plano, bem como o resultado em relação ao enquadramento desejado. Detalhou também o cronograma de apresentação e aprovação do plano, destacando a aprovação do mesmo ainda no ano de 2010. Após a conclusão da apresentação, o Sr. Moretti complementou informando que, após a aprovação dos Plenários do CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ, o plano deverá ser apreciado pelos órgãos competentes dos governos de São Paulo, Minas Gerais e no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Na seqüência, o Sr. Moretti propõe uma inversão de pauta com o item informes gerais passando para o final da pauta. Colocada em votação, a proposta de alteração da pauta foi aprovada por unanimidade, iniciando-se a apreciação das minutas de deliberações. **3.1. Ata da reunião realizada no dia 19/03/10, nas dependências do Clube dos Casados, em Salto/SP:** O Sr. Moretti explicou tratar-se da minuta da ata da última reunião plenária realizada no município de Salto/SP e questiona sobre a necessidade de leitura da ata. Dispensada a leitura, foi aberta a palavra para discussão e não havendo manifestação colocou a minuta da ata em votação, sendo aprovada por unanimidade. **3.2. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 078/2010, que "Referenda Atos dos Presidentes dos Comitês PCJ":** O Sr. Moretti detalhou a minuta informando as deliberações ad-referendum publicadas no período, a saber: 1) nº 075/10 – explicou que inicialmente a contratação da rede telemétrica havia sido indicada com recursos da cobrança federal, mas como o tomador, no

caso a FUNDAG, não dispunha de recursos para a compra dos produtos, foi necessária a mudança da fonte dos recursos para o FEHIDRO, que tem o processo de liberação diferente da cobrança federal; 2) nº 076/10 - em função do prazo reduzido, era necessário a aprovar o orçamento da Agência de Bacia PJ para que o Consórcio PCJ pudesse cumprir o contrato de gestão com o IGAM; e 3) nº 077/10 - encaminhou o parecer da CT-OL sobre a outorga da empresa Melhoramentos, no município de Camanducaia/MG que, no entendimento dos Comitês PCJ, necessitava de uma retificação, que altera a arrecadação do CBH-PJ com a cobrança mineira dos atuais R\$ 120 mil para aproximadamente R\$ 300 mil. Após as explicações, a palavra foi aberta aos plenários. Não havendo manifestações, a minuta de deliberação foi colocada em votação sendo aprovada por unanimidade. **3.3. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 079/2010, que "Aprova inclusão do Município de Itu como membro dos Comitês PCJ":** O Sr. Moretti passou a palavra ao representante de Itu, Sr. Maurício, para manifestação. O Sr. Maurício fez um breve histórico das dificuldades enfrentadas pelo município de Itu, e demais municípios da região, em relação ao abastecimento público. Falou sobre a criação do Consórcio Piraí na tentativa de se buscar soluções para tais problemas e o trabalho que vem sendo desenvolvido por esse consórcio e os avanços conquistados pelo município. Concluiu agradecendo a oportunidade e destaca sua expectativa de aceitação de Itu nos Comitês PCJ. Em seguida o Sr. Moretti abre a palavra aos plenários e não havendo manifestação, a minuta de deliberação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. **3.4. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 080/2010, que "Altera o período de abrangência do empreendimento "Plano de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá" de 2008-2020 para 2010-2035":** o Sr. Moretti explicou que os trabalhos do Plano de Bacias, em elaboração, iniciaram com o nome de Plano de Bacias 2008-2020 face sua vigência. Com o atraso dos trabalhos, o escopo ficou para o período 2010-2020 com a proposição de metas intermediárias e final de enquadramento dos corpos d'água para o horizonte 2035. Em função do novo período de vigência, considerou-se conveniente a alteração do nome do plano, para que fique em consonância com o seu conteúdo. Concluída a explanação, a palavra foi aberta aos plenários e não havendo manifestação a minuta de deliberação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. **3.5. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 081/2010, que "Ratifica a Moção dos Comitês PCJ, nº 01/2010, de 20/05/10":** o Sr. Moretti explicou que foi feita a Moção dos Comitês PCJ, contrária aos termos do PL 315 que tramita no Congresso Nacional. Detalhou os motivos e relacionou todos os órgãos contrários ao PL. Informou que a Moção foi encaminhada para os presidentes do Senado e Câmara Federal, além do relator do PL. Destacou que a mesma foi apreciada e aprovada pela CT-PL e abriu a palavra aos plenários. Não havendo manifestação, foi



Ata da 4ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Pedreira/SP, em 13/08/2010

- colocada em votação e aprovada por unanimidade. **3.6. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 082/2010, que “Aprova Pareceres Técnicos do GT-Empreendimentos sobre os empreendimentos:**
- 155 **Loteamento Fazenda Santo Antonio – Haras Larissa; Central de Gerenciamento de Resíduos Oásis e**
160 **Loteamento Comercial e Residencial Fazenda Santa Rosa”:** o Sr. Moretti iniciou esclarecendo que a
165 apreciação dos pareceres elaborados pelo GT-Empreendimento, pelos plenários, foi deliberado no ano
170 de 2009. Explicou cada um dos empreendimentos, a saber: 1) Loteamento Fazenda Santo Antonio – Haras Larissa; 2) Central de Gerenciamento de Resíduos Oásis, e 3) Loteamento Comercial e Residencial
175 Fazenda Santa Rosa; bem como a conclusão de cada parecer. Abriu a palavra aos plenários. O Sr. Enio solicitou que na minuta de deliberação seja usado o termo “referenda” a decisão da CT-PL, pois a aprovação dos pareceres é atribuição da CT-PL. Acatada a
180 proposta e não havendo mais manifestação, a minuta de deliberação foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. **3.7. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 083/2010, que “Revoga a Deliberação Comitês PCJ nº 071/10, de 19/03/10, e dá outras providências”:**
185 o Sr. Moretti explicou que, por conta da instalação da Fundação PCJ, o Sr. Barjas Negri havia se comprometido a ficar na presidência da entidade até Março de 2010, quando então o cargo deveria ser ocupado por um novo presidente. Após todos os
190 contatos feitos, definiu-se pela escolha do Sr. Fumach, que prontamente aceitou o convite, conforme deliberado pelos Comitês PCJ. O Sr. Fumach, por sua vez, iniciou o processo de seu licenciamento da SABESP, onde é funcionário de carreira, e não obtendo êxito declinou do cargo em questão. Em função disso, o Sr. Barjas
195 concordou em permanecer no cargo de presidente até o final do seu mandato. O Sr. Moretti ainda esclareceu que a proposta contida na minuta de deliberação é a de revogar os termos que indicaram o Sr. Fumach como presidente. Após a explanação, a palavra foi aberta aos
200 plenários e não havendo manifestação a minuta de deliberação foi colocada em votação sendo aprovada por unanimidade. **3.8. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 084/2010, que “Define cronograma e regras para hierarquização de empreendimentos visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO e das cobranças (federal, paulista e mineira) pelo uso dos recursos hídricos, referentes ao orçamento de 2011, e dá outras providências”:** o Sr. Moretti iniciou explicando a
205 origem dos recursos a serem deliberados e sobre o grupo de trabalho criado no âmbito da CT-PL para propor os critérios constantes da minuta de deliberação em análise. Detalhou a diferença entre empreendimentos de demanda espontânea e induzida. Sobre a documentação exigida para a inscrição de empreendimentos, ressaltou que tudo que era possível de ser “eliminado” do processo, que retardasse a
210 apresentação dos empreendimentos, foi feito, mas destacou que muitos documentos eram exigidos por instâncias ou entidades fora dos trâmites dos Comitês PCJ e que, infelizmente, não poderiam ser excluídos do processo. Explicou os percentuais de recursos para cada grupo de empreendimentos. Lembrou que o empreendimento de Piracaia –o canal do Rio Cachoeira- já foi debatido em várias reuniões dos Comitês PCJ e por se tratar de obra prioritária para a solução de vários problemas naquela sub-bacia, foi considerado como demanda induzida, podendo ser proposto pela Prefeitura de Piracaia. Detalhou que a sub-bacia do Cantareira foi dividida em “mineira” e “paulista”, para o caso de algum órgão público pretender ser tomador de recursos para implementar alguma ação na região. Falou sobre os limites propostos dos valores a serem contratados e os percentuais para cada grupo de empreendimentos. Ressaltou que as regras propostas não tiveram grandes mudanças em relação àquelas utilizadas no ano anterior; tendo apenas como destaque a proposta de incentivar contratações na modalidade reembolsável e fez uma explanação com dados estatísticos sobre os benefícios, para os Comitês PCJ, desta modalidade de contratação. Em relação ao critério de pontuação, explicou a proposta de pontuação para os tomadores dessa modalidade. Relembrou o funcionamento do Índice de Seleção de Contrapartida, o ISC, que já vem sendo utilizado desde anos anteriores e abriu aos plenários para discussão. Em relação ao exposto, a Srta. Vanessa Kühl externou sua preocupação sobre o item de contratação reembolsável, justificando que os municípios e ONGs não poderiam ser tomadores de recursos nessa modalidade e estariam sendo prejudicados no critério de pontuação, uma vez que tomadores que utilizassem esse tipo de contratação receberiam uma pontuação maior que os demais (10 pontos) e propõe a supressão desse critério. O Sr. Marcos Lomônico questiona sobre a possibilidade de um município pegar recursos das bacias PCJ e aplicar em outra bacia. Sr. Moretti respondeu que todo recurso deve ser aplicado na área do comitê de origem, ou seja, no caso de Socorro/SP solicitar recursos dos Comitês PCJ, deverá, obrigatoriamente, aplicá-lo na área das bacias PCJ. Sobre a proposta da Srta. Vanessa, os representantes da ASSEMAE; P. M. de Americana; P. M. de Artur Nogueira e INEVAT, manifestaram seu apoio. De acordo com o debate, o Sr. Moretti propôs que a minuta de deliberação fosse colocada em votação na íntegra de depois fosse debatido o item de pontuação dos empreendimentos a serem contratados na modalidade reembolsável. A proposta foi aceita pelos plenários e a minuta de deliberação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. Após as discussões, o tema em destaque foi colocado em votação, sendo aprovada a proposta da representante de Indaiatuba, Srta. Vanessa, de redução da pontuação dos empreendimentos reembolsáveis de 10 para 5 postos, sendo 21 votos a favor da proposta e 14 votos para a manutenção da proposta original apresentada (manutenção de 10 pontos para empreendimentos inscritos na modalidade reembolsável). O outro destaque votado foi a retirada do critério em que roga



Ata da 4ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Pedreira/SP, em 13/08/2010

que havendo empate de pontuação de empreendimentos, o vencedor seria o empreendimento que tivesse a modalidade de repasse reembolsável. Colocada em votação, a proposta de que esse critério de desempate fosse eliminado venceu por 22 votos favoráveis com 6 votos contrários. **3.9. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 085/2010, que “Cancela a indicação de empreendimentos do Instituto Mineiro de Gestão das Águas e da Prefeitura Municipal de Jaguariúna; indica empreendimento suplente e dá outras providências”:** o Sr. Moretti explicou que a minuta de deliberação trata de 2 empreendimentos, um do IGAM e outro da P. M. de Jaguariúna, que tiveram seus prazos para contratação expirados, por não atenderem às exigências de complementação de documentos pelos agentes financeiros e que os recursos financeiros destinados a estes empreendimentos voltariam para os Comitês PCJ para nova deliberação. Explicou que o suplente era o DAE Jundiá e que após entendimentos, o DAE/Jundiá concordaria com os ajustes de valores do seu empreendimento em função do saldo disponível, fato confirmado pelo Sr. Milton Takeo, representante do DAE/Jundiá. Concluído, abriu para discussão e não havendo manifestação colocou a minuta de deliberação em votação, sendo aprovada por unanimidade. **3.10. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 086/2010, que “Cria Sede Regional da Secretaria Executiva, em Campinas/SP”:** o Sr. Moretti lembrou a todos que o escritório do DAEE localizado em Campinas, na pessoa do seu responsável, Engº Astor, vem coordenando a Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico, cujas atividades vêm ao encontro das atividades que serão desenvolvidas na Sala de Situação PCJ, que está em implantação no DAEE/Piracicaba. Esclareceu que muitas das decisões tomadas em relação ao monitoramento hidrológico das bacias PCJ são, e continuarão sendo tomadas com o apoio do escritório do DAEE/Campinas, lembrando, ainda, que este escritório e a Fundação PCJ estarão interligados com a Sala de Situação PCJ. Por isso, considera que junto ao Escritório de Apoio Técnico de Campinas, do DAEE, seja criado uma sede regional da Secretaria Executiva. Concluídos os esclarecimentos, abriu para discussão e não havendo manifestação, a minuta de deliberação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. **4. Outros assuntos:** como primeiro assunto o Sr. Moretti informou sobre o ofício da P. M. de Extrema solicitando o apoio dos Comitês PCJ, por intermédio das suas câmaras técnicas, para a realização de evento em comemoração aos 5 anos de implantação do “Programa Produtor de Águas”, da prefeitura. Colocado em votação, os plenários aprovaram o apoio solicitado, à P. M. de Extrema. Na sequência, a Prefeita de Piracéia, Sra. Fabiane Santiago, informou que o município de Piracéia foi escolhido pela SMA como o

município das bacias PCJ a participar do “Projeto Mina D’água”, que é um projeto da Secretaria do Meio Ambiente que visa ao pagamento por serviços ambientais, complementando que os Comitês PCJ serão informados do andamento do projeto. O Sr. Dalto lembrou que o 2º Simpósio sobre Gestão de Recursos Hídricos, organizado pelo Consórcio PCJ, será realizado nos dias 23 a 26 de novembro. Também lembrou que o Consórcio PCJ já está coletando as assinaturas dos prefeitos municipais no protocolo de intenções para a criação da agência regional de regulação do saneamento. O Sr. Francisco Lahóz informou que a cobrança mineira foi iniciada em janeiro de 2010, com adimplência de 100%, e que o Consórcio PCJ, enquanto entidade equiparada das funções de agência de bacias, já recebeu o repasse equivalente a 2 trimestres deste ano e concluiu lembrando dos cursos de capacitação em captação de recursos financeiros. A Sra. Maria Fernanda informou sobre a revista disponibilizada e a realização do 8º Diálogo Interbacias, além da realização, no período de 20 a 22 de setembro, na cidade de Campinas, da oficina para a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos. O Sr. Sérgio Razera informou sobre a regularidade dos repasses financeiros da cobrança paulista para a Fundação PCJ e informou sobre o resultado do concurso público realizado pela Fundação PCJ, ressaltando que a contratação efetiva do pessoal está na dependência de parecer da Procuradoria Jurídica Estadual (SP). Esclareceu que, na sequência, o trabalho será sobre a assinatura do contrato de delegação das funções de Agência de Água PCJ (recursos da cobrança federal) para a Fundação PCJ, com a ANA, além da delegação das funções de entidade equiparada para a cobrança mineira, com o IGAM. O Sr. Moretti destacou, no material, o documento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que aprovou a delegação das funções de Agência de Água PCJ para a Fundação PCJ, complementando que as instituições (ANA; Consórcio PCJ; Fundação PCJ e Secretaria Executiva dos Comitês PCJ) já estão trabalhando nos termos do novo contrato de gestão. O Sr. Oscar Gozzi lembrou do 2º Congresso Estadual de Comitês de Bacias e do 6º Fórum Mundial das Águas, na França, a ser realizado em 2012, destacando o importante papel que os comitês de bacias têm nessa atividade. Concluindo os informes, o Sr. Moretti informou que no material distribuído tem uma folha com a estatística de participação dos membros da CT-PL nas reuniões da câmara, lembrando que esse acompanhamento pelos plenários foi aprovado na reunião plenária realizada em Salto/SP. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Barjas agradeceu a presença de todos e despediu-se passando a palavra ao Prefeito Hamilton. O Prefeito Hamilton agradeceu a presença de todos e deu a reunião por encerrada.

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
Comitês PCJ

CÉLIO DE FARIA SANTOS
Presidente do CBH-PJ e
2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

BARJAS NEGRI
Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL